



***Ourém***

HISTÓRIA E FÉ NO FUTURO

# DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Situação Financeira do Município

## RELATÓRIO

### Situação económico-financeira do Município em 31 de março de 2018

#### Nota Introdutória

A análise que se irá expor integra elementos provisórios, na medida em que os valores dispostos ainda serão sujeitos a conferências.

Porém, os desvios às variáveis expostas na presente informação não deverão ser materialmente relevantes, pelo que se julga que os elementos dispostos permitem um acompanhamento aproximado às condições económico-financeiras deste Município, à data referenciada.

#### 1. Execução Orçamental

##### 1.1 Orçamento da Receita

###### 1.1.1 Execução do Orçamento da Receita

Quadro 1 – Resumo da posição atual do Orçamento da Receita

ORÇAMENTO DA RECEITA					
	Dotação Atual	Liquidada	G.E.O.L.	Cobrada	G.E.O.C
Corrente	28 163 927,00 €	6 568 681,58 €	23,32	5 218 581,90 €	18,53
Capital	11 631 573,00 €	5 485 054,15 €	47,16	248 523,00 €	2,14
Outras	150 000,00 €	168 889,57 €	112,59	169 140,44 €	112,76
<b>TOTAL</b>	<b>39 945 500,00 €</b>	<b>12 222 625,30 €</b>	<b>30,60</b>	<b>5 636 245,34 €</b>	<b>14,11</b>

A receita cobrada total situava-se ligeiramente superior a 5,6 milhões de euros. Deste modo, o grau de execução na ótica das receitas cobradas situava-se em 14,1%.

##### 1.1.2 Evolução das Receitas Municipais

As receitas totais cobradas evidenciam uma diminuição em 5,4%, face ao período homólogo relativo ao ano anterior, circunstância que significou uma variação absoluta negativa, próxima de 323,6 mil euros.

Na ótica das cobranças, importa reportar os aumentos verificados nos impostos indiretos (+72,8 mil euros), transferências correntes (+61,7 mil euros), e reposições não abatidas aos pagamentos (+156,3 mil euros).

Em oposição, serão de salientar as quebras verificadas nos impostos diretos (-279,3 mil euros), nas taxas, multas e outras penalidades (-172,4 mil euros), nas vendas de bens de investimento (-51,9 mil euros) e nas transferências de capital (-108,7 mil euros).

Quadro 2 – Evolução das Receitas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Receita Total Liquidada				Receita Total Cobrada			
	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)
Impostos diretos	1 251 442,41	951 948,85	-299 493,56	-23,93	1 203 491,36	924 234,34	-279 257,02	-23,20
Impostos indiretos	303 763,62	269 371,96	-34 391,66	-11,32	148 483,31	221 273,25	72 789,94	49,02
Taxas, mult. e outras pen.	596 223,12	419 242,32	-176 980,80	-29,68	441 506,80	269 076,82	-172 429,98	-39,05
Rendimentos de prop.	80 690,86	461 829,10	381 138,24	472,34	78 265,18	72 960,34	-5 304,84	-6,78
Transferências correntes	3 368 233,26	3 411 212,36	42 979,10	1,28	3 327 090,52	3 388 790,37	61 699,85	1,85
Venda de bens e serv. cor.	876 614,85	883 220,09	6 605,24	0,75	328 311,35	332 374,17	4 062,82	1,24
Outras receitas correntes	243 783,90	171 856,90	-71 927,00	-29,50	10 694,14	9 872,61	-821,53	-7,68
Venda de bens de invest.	4 853 441,66	4 801 500,00	-51 941,66	-1,07	51 941,66	0,00	-51 941,66	--
Transferências de capital	839 877,52	660 814,99	-179 062,53	-21,32	357 205,65	248 523,00	-108 682,65	-30,43
Ativos financeiros	23 089,71	22 739,16	-350,55	-1,52	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Rep. não abat. Pagamentos	12 832,57	168 889,57	156 057,00	1216,10	12 832,57	169 140,44	156 307,87	1218,06
Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
<b>TOTAL</b>	<b>12 449 993,48</b>	<b>12 222 625,30</b>	<b>-227 368,18</b>	<b>-1,83</b>	<b>5 959 822,54</b>	<b>5 636 245,34</b>	<b>-323 577,20</b>	<b>-5,43</b>

## 1.2 Orçamento da Despesa

### 1.2.1 Execução do Orçamento da Despesa

A despesa total realizada situa-se próxima de 6,6 milhões de euros e a despesa paga na ordem dos 6,2 milhões de euros.

Consequentemente, o grau de execução da despesa na ótica das realizações ascendia a 16,4% e na ótica dos pagamentos, na ordem dos 15,5%.

Quadro 3 – Resumo da posição atual do Orçamento da Despesa

Uni: Euro

ORÇAMENTO DA DESPESA							
	Dotação Atual	Cabimentado	Comprometido	Realizado	G.E.O.R.	Pago	G.E.O.P.
Corrente	24 009 050,00 €	19 472 546,50 €	15 003 282,64 €	4 884 956,59 €	20,35	4 594 037,70 €	19,13
Capital	15 936 450,00 €	11 948 275,58 €	8 779 342,99 €	1 665 663,93 €	10,45	1 598 153,80 €	10,03
<b>TOTAL</b>	<b>39 945 500,00 €</b>	<b>31 420 822,08 €</b>	<b>23 782 625,63 €</b>	<b>6 550 620,52 €</b>	<b>16,40</b>	<b>6 192 191,50 €</b>	<b>15,50</b>

### 1.2.2 Evolução das Despesas Municipais

Quadro 4 – Evolução das Despesas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)
Despesas com pessoal	1 551 926,31	1 651 200,60	99 274,29	6,40	1 551 926,31	1 651 200,60	99 274,29	6,40
Aquisição de bens	148 760,67	131 739,24	-17 021,43	-11,44	114 852,54	107 957,87	-6 894,67	-6,00
Aquisição de serviços	2 446 562,74	2 385 736,74	-60 826,00	-2,49	2 424 299,73	2 239 877,27	-184 422,46	-7,61
Juros e outros encargos	6 752,87	5 657,47	-1 095,40	-16,22	6 752,87	1 740,43	-5 012,44	-74,23
Transferências correntes	509 651,15	362 725,36	-146 925,79	-28,83	505 693,06	346 884,56	-158 808,50	-31,40
Subsídios	0,00	140 145,00	140 145,00	--	0,00	66 219,00	66 219,00	--
Outras desp. correntes	106 522,76	207 752,18	101 229,42	95,03	89 386,63	180 157,97	90 771,34	101,55
Aquis. bens de capital	483 241,91	1 277 149,39	793 907,48	164,29	477 091,16	1 268 335,26	791 244,10	165,85
Transferências de capital	405 646,30	216 210,23	-189 436,07	-46,70	405 646,30	209 547,58	-196 098,72	-48,34
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	171 990,70	172 304,31	313,61	0,18	171 990,70	120 270,96	-51 719,74	-30,07
Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
<b>TOTAL</b>	<b>5 831 055,41</b>	<b>6 550 620,52</b>	<b>719 565,11</b>	<b>12,34</b>	<b>5 747 639,30</b>	<b>6 192 191,50</b>	<b>444 552,20</b>	<b>7,73</b>

As despesas totais realizadas denotam uma variação positiva em 12,3%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior, representando um aumento absoluto em 719,6 mil euros.

Ao nível dos aumentos, destacam-se as despesas com pessoal (+99,3 mil euros), os subsídios (+140,1 mil euros), as outras despesas correntes (+101,2 mil euros) e a aquisição de bens de capital (+793,9 mil euros).

Ao invés, serão de referir as diminuições absolutas verificadas nas despesas com a aquisição de bens (-17 mil euros), de serviços (-60,8 mil euros), transferências correntes (-146,9 mil euros) e transferências de capital (-189,4 mil euros).

Relativamente aos pagamentos, verifica-se um aumento do respectivo volume, num valor próximo de 444,6 mil euros, significando uma variação positiva de 7,7%.

### 1.3 Grandes Opções do Plano

#### 1.3.1 Evolução das Grandes Opções do Plano

Quadro 5 – Evolução das Grandes Opções do Plano a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)	31/03/2017	31/03/2018	variação absoluta	var. (%)
Educação	755 089,12	1 263 492,07	508 402,95	67,33	753 888,42	1 200 022,88	446 134,46	59,18
Cultura, Desp e Temp. Liv	194 078,41	216 219,68	22 141,27	11,41	188 344,45	161 602,78	-26 741,67	-14,20
Ação Social	71 033,91	146 666,33	75 632,42	106,47	70 991,91	146 366,33	75 374,42	106,17
Saúde	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Habituação e Urbanismo	753 926,41	929 150,37	175 223,96	23,24	753 626,41	929 150,37	175 523,96	23,29
Saneamento e Salubridade	593 038,10	506 328,47	-86 709,63	-14,62	593 038,10	413 025,37	-180 012,73	-30,35
Proteção Civil	73 033,51	63 975,21	-9 058,30	-12,40	70 825,42	63 172,86	-7 652,56	-10,80
Desenv. Ec. e Abast. Púb.	92 038,38	195 094,39	103 056,01	111,97	84 722,30	161 094,57	76 372,27	90,14
Comunicações e Transp.	117 999,66	353 185,91	235 186,25	199,31	117 538,41	347 905,91	230 367,50	195,99
Defesa do Meio Ambiente	129 785,76	187 855,49	58 069,73	44,74	129 785,76	187 855,49	58 069,73	44,74
Freguesias	413 722,58	73 447,72	-340 274,86	-82,25	413 722,58	67 907,80	-345 814,78	-83,59
Inst. e Serviços Municipais	207 394,21	123 017,93	-84 376,28	-40,68	192 561,30	110 537,30	-82 024,00	-42,60
<b>TOTAL</b>	<b>3 401 140,05</b>	<b>4 058 433,57</b>	<b>657 293,52</b>	<b>19,33</b>	<b>3 369 045,06</b>	<b>3 788 641,66</b>	<b>419 596,60</b>	<b>12,45</b>

Na ótica das realizações, verifica-se um acréscimo em 19,3%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior. No âmbito da representatividade, será de referir que as despesas realizadas no objetivo “Educação” são as mais representativas, representando 31,1% do total das despesas realizadas em GOP’s. De

salientar ainda os objetivos “Habitação e Urbanismo” e “Saneamento e Salubridade”, com um peso no total das despesas em GOP’s de 22,9% e 12,5%, respetivamente.

## 2. Proveitos e Custos

### 2.1 Evolução dos Proveitos

Os proveitos denotam uma variação positiva em 3,5%. Neste contexto, destacam-se os aumentos nos proveitos e ganhos financeiros (+382,7 mil euros). Ao invés. Salientam-se as quebras nos impostos e taxas (-163,6 mil euros) e nos proveitos e ganhos financeiros (-41,2 mil euros).

Quadro 6 – Evolução dos Proveitos a preços correntes

Uni: Euro

Proveitos	Anos Económicos		Variação	
	31/03/2017	31/03/2018	absoluta	(%)
Vendas e prest. serviços	220 275,37	226 928,57	6 653,20	3,02
Impostos e taxas	1 143 600,33	979 975,90	-163 624,43	-14,31
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	--
Proveitos suplementares	620,86	1 342,56	721,70	116,24
Transf. subs. obtidos	3 572 508,57	3 571 870,51	-638,06	-0,02
Outros prov. g. operac.	0,00	0,00	0,00	--
Trabalhos p/entidade	0,00	0,00	0,00	--
Prov. ganhos financeiros	18 526,93	401 179,88	382 652,95	2065,39
Prov. ganhos extraord.	271 829,66	230 586,51	-41 243,15	-15,17
<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>	<b>5 227 361,72</b>	<b>5 411 883,93</b>	<b>184 522,21</b>	<b>3,53</b>

### 2.2 Evolução dos Custos

Os custos denotam um decréscimo em 6,4%, refletindo uma diminuição nos custos com fornecimentos e serviços externos (-102,5 mil euros), transferências e subsídios correntes e prestações sociais (-147,5 mil euros) e custos e perdas extraordinárias (-250,1 mil euros).

Em sentido inverso, verifica-se um aumento nos custos com pessoal (+140,2 mil euros) e nos outros custos e perdas operacionais (+98,9 mil euros).

Quadro 7 – Evolução dos Custos a preços correntes

Uni: Euro

Custos	Anos Económicos		Variação	
	31/03/2017	31/03/2018	absoluta	(%)
CMVMC	74 709,60	55 321,87	-19 387,73	-25,95
Forn. serviços externos	1 749 241,29	1 851 763,61	-102 522,32	-5,86
Custos com pessoal	1 408 192,08	1 548 420,56	140 228,48	9,96
Transf. s. cor. prest. soc	554 341,48	406 878,75	-147 462,73	-26,60
Amortizações do exerc.*	0,00	0,00	0,00	--
Provisões do exerc.	0,00	0,00	0,00	--
Outros cust./perd. operac.	52 615,96	151 483,60	98 867,64	187,90
Custos e perdas financ.	5 919,78	5 226,26	-693,52	-11,72
Custos e perdas extraord.	517 127,21	267 020,72	-250 106,49	-48,36
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>4 362 147,40</b>	<b>4 286 115,37</b>	<b>-281 076,67</b>	<b>-6,44</b>

\*Apuramentos só efetuados no término de cada exercício

### 3. Endividamento municipal

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

#### 3.1 Endividamento de curto prazo

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros, não tendo, à data de referência, qualquer montante em dívida neste âmbito.

### 3.2 Endividamento de médio e longo prazos

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Com a entrada em vigor no novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais esta capacidade está inerente ao limite da dívida total.

### 3.3 Endividamento líquido

Quadro 8 – Síntese do endividamento municipal à data de 31/03/2018

uni: euro

Designação	Montante	Observações
<b>TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO</b>	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
<b>EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA</b>		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
<b>CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO</b>	8 295 855,03	(C) = Saldo credor conta 2312
<b>TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO</b>	0,00	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
<b>CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
<b>CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
<b>CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL</b>	2 953 498,11	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
<b>DÍVIDAS À EDP 1988</b>	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
<b>CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR</b>	5 342 356,92	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
<b>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR</b>	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, será de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, mesmo sem a exclusão do capital em dívida excepcionado, o qual se situa próximo de 3 M€.

#### 4. Limite da dívida total

Quadro 9 – Limite da Dívida Total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas corrente líquida cobrada - 2015	26 912 173,27
Receitas corrente líquida cobrada - 2016	28 987 450,07
Receitas corrente líquida cobrada - 2017	28 313 680,71
<b>Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)</b>	<b>42 106 652,03</b>
Dívida Total apurada em 31/03/2018*	9 391 615,25
<b>Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013*</b>	<b>32 715 036,78</b>

\* Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

Nos termos do artigo 52.º da Lei 73/2013, a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo das entidades intermunicipais, das entidades associativas e das empresas locais e participadas, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Conforme se pode verificar no quadro apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido na Lei 73/2013, dispondo de uma margem ligeiramente superior a 32,7 milhões de euros.

Contudo, importa referir que no mapa exposto não se encontra reportada a dívida total das entidades intermunicipais e de outras entidades participadas, estas últimas só a dispor, caso se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei 50/2012. Tal inclusão, só será

exequível no término de cada exercício económico, nos documentos de prestação de contas inerentes a contas consolidadas.

## 6. Volume de pagamentos em atraso nos termos da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso)

Em observância à LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro), reporta-se que, em 31 de março de 2018, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da mencionada lei.

## 6. Componentes da Dívida à data de 31 de março de 2018

### 6.1 Dívida de terceiros

As dívidas de terceiros ascendem a um montante próximo de 6,3 milhões de euros, dos quais um montante na ordem de 1,5 milhões de euros se reporta a dívidas de curto prazo.

A dívida de médio e longo prazo é ligeiramente superior a 4,8 milhões de euros e decorre do contrato firmado no âmbito da parceria Público-Privada com a entidade Maisourém, S.A..

Quadro 10 – Dívidas de terceiros

<b>Dívidas de terceiros de curto prazo</b>	<b>1 487 127,94 €</b>
Empréstimos concedidos	0,00 €
Clientes c/c	8 503,86 €
Contribuintes c/c	81 839,74 €
Utentes, c/c	127 248,37 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	531 161,45 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €
Estado e outros entes públicos	100 137,14 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros devedores	638 237,38 €
<b>Dívidas de terceiros de médio, longo prazo</b>	<b>4 801 500,00 €</b>
Outros devedores*	4 801 500,00 €
<b>Total das dívidas de terceiros</b>	<b>6 288 627,94 €</b>

\* Dívida inerente à Parceria Público-Privada – Maisourém, S.A

### 6.2 Dívida a terceiros

### Quadro 11 – Dívidas a terceiros

<b>Dívidas a terceiros de curto prazo</b>	<b>930 715,97 €</b>
Empréstimos de curto prazo	0,00 €
Adiantamento por conta de vendas	1 298,00 €
Fornecedores, c/c	167 874,80 €
Fornecedores, c/c - Facturas em recepção e conferência	482 618,56 €
Credores pela execução do orçamento	0,00 €
Clientes e utentes c/cauções	121 376,62 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €
Fornecedores de imobilizado, c/c	10 196,78 €
Estado e outros entes públicos	91 267,92 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros Credores	2 369,18 €
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recepção e conferência	53 714,11 €
Fundo de Apoio Municipal	165 044,25 €
<b>Dívidas a terceiros de médio e longo prazo</b>	<b>8 460 899,28 €</b>
Dívidas a instituições de crédito	8 295 855,03 €
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00 €
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00 €
Fundo de Apoio Municipal	165 044,25 €
<b>Total das dívidas a terceiros</b>	<b>9 391 615,25 €</b>

As dívidas a terceiros de curto prazo situam-se ligeiramente superiores a 920,7 mil euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem a um valor na ordem de 8,5 milhões de euros, os quais se reportam a empréstimos de médio e longo prazo e à participação no Fundo de Apoio Municipal.

No seu cômputo, à data de 31 de março de 2018, as dívidas do município a terceiros situavam-se próximas de 9,4 milhões de euros.

## 7. Disponibilidades

### Quadro 12 – Disponibilidades

<b>Disponibilidades</b>	
Depósitos em instituições financeiras	2 057 816,28 €
Caixa	6 751,32 €
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>2 064 567,60 €</b>

Em 31 de março de 2018, este município disponha de um valor próximo de 2,1 milhões de euros em depósitos em instituições financeiras e na ordem de 6,8 mil euros em caixa.

## 8. Assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia genérica

Face à autorização prévia genérica deliberada pela assembleia municipal, em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da assunção de compromissos plurianuais e, particularmente, para cumprimento do disposto no ponto 3 da referida autorização, o órgão executivo reporta os compromissos plurianuais assumidos, enquadrados na referida autorização. Para os referidos efeitos, reportam-se os compromissos assumidos pelo órgão executivo que entre 1 de janeiro e 31 de março de 2018.

Quadro 13 – Compromissos plurianuais assumidos pelo órgão executivo

Uni.: Euros

Entidade	Descrição	Data da assunção	2018	2019	2020	Outros
ADSAICA - Assoc. Desenv. Serras Aire e Candeeiros	Protocolo de colaboração que visa estabelecer as condições da EFS	03/01/2018	21 000,00	21 000,00		
Tagusgás - Propano SA	P176/2017 - Fornecimento contínuo de gás propano a granel, para os Centros Escolares Nº.Srª das Misericórdias, Gondemaria, Atouguia, Ourém Nascente (Seiça), Olival e Freixianda	09/02/2018	19 511,09	19 511,09	19 511,09	
Martins e Reis, Lda	P164/2017 - Prestação de serviços de medicina no trabalho para os anos 2018 e 2019	26/02/2018	9 617,38	9 617,38		
Thyssenkrupp Elevadores	"P178/2017 - Aquisição de serviços para contrato de manutenção simples dos equipamentos de elevação do município durante 3 anos"	26/02/2018	3 245,58	3 245,58	3 245,58	
Ouripneus, Lda	Aquisição de pneus e serviços de reparação para as diversas viaturas e máquinas afetas ao Município 2018 e 2019 - Viaturas	23/03/2018	22 766,22	11 157,31		
Ouripneus, Lda	Aquisição de pneus e serviços de reparação para as diversas viaturas e máquinas afetas ao Município 2018 e 2019 - Máquinas	23/03/2018	15 732,78	8 276,69		
Maria Rosa de Oliveira Brito - Cabeça de Casal de	Alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis, em Vilar dos Prazeres.NºSª das Misericórdias - Aquisição de Terreno	23/02/2018	14 375,00	14 375,00		
José Manuel de Oliveira Borges	Alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis, em Vilar dos Prazeres.NºSª das Misericórdias - Aquisição de Terreno	23/02/2018	8 437,50	8 437,50		
Rafael Pinheiro Borges	Alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis, em Vilar dos Prazeres.NºSª das Misericórdias - Aquisição de Terreno	23/02/2018	8 437,50	8 437,50		
Manuel Domingos - Cabeça de Casal da Herança de	Alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis, em Vilar dos Prazeres.NºSª das Misericórdias - Aquisição de Terreno	23/02/2018	7 500,00	7 500,00		

## 9. Acompanhamento das empresas municipais

Em observância à Lei 50/2012, de 31 de agosto e à Lei 73/2013 de 3 de setembro, apresenta-se informação relativa às empresas municipais, em conformidade com a documentação facultada pelas mencionadas entidades.

### 9.1 OURÉMVIVA

#### Quadro 14 – OURÉMVIVA

(Dados reportados a 31 de janeiro de 2018)

<b>Títulos negociáveis</b>	<b>Euros</b>
Acções	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00
Títulos de dívida pública	0,00
Outros títulos	0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00
	<b>0,00</b>
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>	<b>Euros</b>
Depósitos em instituições financeiras	460 816,70
Caixa	2 500,00
	<b>463 316,70</b>
<b>Dívida de terceiros - Curto prazo</b>	<b>Euros</b>
Clientes, c/c	406 338,31
Clientes de cobrança duvidosa	197 175,92
Estado e outros entes públicos	0,00
Adiantamentos a terceiros e fornecedores	844,27
Pessoal	2 112,16
Outros devedores	3 424,38
	<b>609 895,04</b>
<b>Outras contas a receber e a pagar</b>	<b>Euros</b>
Gastos a reconhecer	4 283,43
Devedores p/ acréscimo rendimentos	0,00
	<b>4 283,43</b>

<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>	<b>Euros</b>
Fornecedores, c/c	293 594,91
Fornecedores de imobilizado c/c	
Outros credores	1 623,73
Empréstimos (curto prazo)	
Contas correntes caucionadas	
Locações Financeiras	
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	123 809,05
	<b>419 027,69</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio, longo prazo</b>	<b>Euros</b>
Empréstimos Obtidos	0,00
	<b>0,00</b>
<b>Deferimentos</b>	<b>Euros</b>
Rendimentos a reconhecer	24 114,18
Credores p/ acréscimo de gastos	333 438,42
	<b>357 552,60</b>

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



(rubrica digitalizada)

Fernando Luís Marques

(Economista)